

XI ECOECO

VII Congreso Iberoamericano
Desarrollo y Ambiente

XI ENCONTRO NACIONAL DA ECOECO
Araraquara-SP - Brasil

EXTRAVIOS TEÓRICOS ANTEDILUVIANOS: CRISE CIVILIZATÓRIA, NATUREZA E O
REALISMO TRANSCENDENTAL DE ROY BHASKAR

Raphael Weyne (PPGE / UFF) - rweyne@gmail.com

Mestrando em Economia pela UFF com foco em Desenvolvimento Socioambiental. Possui graduação em Ciência Econômica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2008). Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Métodos e Modelos Matemáticos.

Andrea Santos (PPGE / UFF) - asbaca@id.uff.br

Mestre em Ciências Sociais pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (2012) . Atualmente pertence ao Instituto de Investigaciones Económicas. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economias Agrária e dos Recursos Naturais.

Extravios teóricos antediluvianos: Crise civilizatória, natureza e o realismo transcendental de Roy Bhaskar.

RESUMO (150 PALAVRAS)

As teorias sociais que se têm debruçado sobre as crises ecológica e alimentar compartilham um corpo de visões de mundo que as torna potencialmente úteis apenas para a manutenção da valorização do valor e da perpetuação das crises que pretendem resolver. A crítica ontológica própria do projeto teórico de Marx deve ser reforçada como prática aplicada ao debate filosófico-científico. Julga-se pertinente defender a possibilidade e efetividade da crítica ontológica radicada nos pensamentos marxista e realista de Lukács e Bhaskar.

Teorias explanatórias diferentes contêm sua própria concepção sobre as possíveis organizações sociais e o que os seres humanos são, ou podem vir a ser. O reconhecimento das bases ontológicas de qualquer corpo teórico é uma condição indispensável para a ampliação da consciência e, por tanto, da prática científica. Realizar a crítica, revelar o objeto que torna a falsa consciência necessária, é a forma da ciência transformar a sociedade e as pessoas.

RESUMO EXPANDIDO (1000 PALAVRAS)

O panorama desta segunda década do século XXI é pouco alentador. Três décadas de agenda neoliberal acentuaram um cenário de devastação em quase todos os âmbitos da vida social e afloraram uma crise civilizatória raramente vista. Em especial duas crises destacam-se pelas consequências sobre a vida, inclusive humana: a crise ecológica, no que tange a espoliação dos ecossistemas e a crise alimentar – a persistente fome e a alarmante expansão das doenças crônico-degenerativas. Ambas são manifestações, no nível do metabolismo corporal e planetário, de uma crise mais ampla, civilizatória, relacionada ao aprofundamento da prática capitalista.

Entre filósofos das ciências sociais das mais diversas orientações não é qualquer novidade que teorias explanatórias diferentes contêm sua própria concepção sobre as possíveis organizações sociais e sobre o que os seres humanos são, ou podem vir a ser. Partindo da análise dos pressupostos das teorias pós-modernas sobre a chamada “sociedade de consumo”, e das teorias econômicas sobre a natureza, busca-se identificar as visões de mundo, se alguma, compartilhadas por estas formas de conhecimento que tanto se têm debruçado sobre as crises em questão. Estas correntes, no entanto, ao enxergarem apenas a expressão estranhada da natureza – no corpo humano e nos ecossistemas – se cegam para a raiz da contradição expressa na crise, e recaem em receituários normativos e voluntaristas que depositam no indivíduo consumidor a responsabilidade pela superação da crise.

Nos aprofundando no primeiro dos dois objetos deste artigo, pode-se ver que a crise alimentar afeta a corporeidade dos indivíduos se manifestando ora via escassez de alimentos, ora como uma

abundância desbalanceada e nociva. A relevância crescente dada à alimentação tem sido acompanhada pelo surgimento de posicionamentos teóricos e políticos que se calam quanto à composição qualitativa das dietas contemporâneas. Uma implicação direta é que, diante da fome o enfoque clássico quantitativo-produtivista concentram-se na pergunta: quanto se produz? E, em relação ao *quê* se produz, silêncio. O mesmo podemos notar quando nos voltamos para as explicações que tentam dar conta das epidemias de doenças crônico-degenerativas – seja a partir do realismo empirista da economia ortodoxa, ou do marcante idealismo da sociologia do consumo. Na teoria econômica domina uma perspectiva lógico-formal que expurga qualquer debate sobre o eventual conteúdo qualitativo e ideológico manifesto nas escolhas dos indivíduos consumidores. Na sociologia do consumo, por sua vez, a afonia em relação às características qualitativas dos alimentos decorre da predominância do aspecto simbólico da alimentação, a natureza qualitativa dos produtos é de baixa consequência quando comparada com o que é possível neles se projetar.

A pergunta sobre que tipos de alimentos compõem as dietas das pessoas aponta para as substâncias que fornecem os elementos indispensáveis para o funcionamento e reprodução do corpo humano, ou seja, esta pergunta aponta diretamente para nossa *natureza* interna. Não se trata, porém, de trazer ao debate uma suposta objetividade fisiológica ou nutricional para tentar demonstrar que famintos poderiam consumir com muito pouco dinheiro aquilo que é indispensável ao seu metabolismo corpóreo. A *práxis* da alimentação, como qualquer prática social, *pré-supõe* um nexo de relações naturais, culturais, políticas, econômicas e éticas, condicionantes que dão origem a uma complexa dialética. O reconhecimento dos fatores sociais que dão corporeidade à nossa alimentação não pode desaguar, no entanto, na desconsideração dos requerimentos fisiológicos do nosso corpo, o que se faz particularmente patente na atual crise alimentar. Na compreensão da alimentação como processo social-natural é que os diferentes posicionamentos frente a crise encontram a sua maior limitação – ao recair na postura biologista que isola a natureza interna dos indivíduos ou a sacrificando, defronte à “racionalidade econômica” ou ao entremeio simbólico e cultural da alimentação.

Vamos agora nos voltar ao segundo objeto deste artigo para notar que as colocações da *economia ambiental* pressupõem que “questões ecológicas” podem ser solucionadas pelo incentivo de preços crescentes de bens naturais, levando à substituição de recursos naturais por capital. Assim, não parece ser difícil sustentar que tal vertente seja uma variante das concepções que tomam o desenvolvimento da ciência (portanto, da produtividade) como panaceia.

De outra forma, a *economia ecológica*, que propõe a administração físico-biológica direta das consequências dos processos produtivos, ao postular limites para a produção com base na capacidade de regeneração da natureza, e para a complementaridade dos insumos de produção, implica que é necessária intervenção pública para determinar as trajetórias de desenvolvimento mais adequadas.

As duas teorias são normalmente consideradas antitéticas por se construírem mais como críticas do que como complementos uma da outra. A discussão, no entanto, quando deslocada para o terreno ontológico parece revelar uma surpreendente afinidade de pressupostos e visão de mundo: a economia ambiental vê o bioma como uma caixa da qual provêm recursos e onde se depositam dejetos, a economia ecológica vê a economia como mecanismo disposto sobre o bioma. Ao fim e ao cabo, parece claro que as duas correntes assumem a atual configuração social e mesmo material da produção como fixas. Essa configuração é encarada como o elemento externo, coativo, que se preserva enquanto ajustes *a posteriori* impedem uma tragédia ambiental. Em sendo assim, as concepções não assumem formalmente um caráter conservador?

A guisa de conclusão, pode-se dizer que as formas de consciência aqui brevemente expostas não são sem propósito. A miopia da ciência econômica vulgar e dos filósofos pós-modernos decorre, segundo Marx e Bhaskar, da necessidade de conhecimento (acidental) que faculte a manutenção da prática social contingente e imediata. As formas de consciência resultantes da ciência que toma por ponto de partida o estágio capitalista da sociedade são capazes de ampliar a prática científica apenas na justa medida que permita levar o sistema mercantil para fora da parte de seu ciclo onde suas contradições são mais irrefragáveis sem, no entanto, superar as contradições presentes no estranhamento da natureza, propriedades formais da prática econômica visíveis a qualquer ponto de seu ciclo.

As falsas formas de consciência, de ciência, embora necessárias à prática social imediata, aprofundam as redes de relações sociais que pressupõem a natureza estranhada e reproduzem suas contradições imanentes que se desdobram, aprofundando justamente a crise civilizatória.